

Logística
Ambiental de São
Paulo S.A. - LOGA

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial	8
Demonstração dos resultados	9
Demonstração dos resultados abrangentes	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Relatório da Administração	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Impostos a recuperar – Crédito de Pis e de Cofins extemporâneos

Veja a nota explicativa 12 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia reconheceu ao longo do exercício de 2019 impostos a recuperar referentes ao crédito de PIS e de COFINS extemporâneos relacionados ao recebimento do ativo financeiro, aquisição de ativo imobilizado e pagamento de ônus de outorga de concessão do período de 2015 a 2019. O registro desses impostos foi baseado no julgamento e na interpretação da lei tributária pela Companhia, bem como por seus assessores jurídicos.</p> <p>Devido à relevância do julgamento envolvido na interpretação da lei tributária para o reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS extemporâneos, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Avaliação com o auxílio de nossos especialistas tributários e legal sobre a adequada interpretação das leis tributárias pertinentes e sua base para suportar o apropriado reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS extemporâneos;(ii) Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>No decorrer de nossa auditoria, identificamos ajustes relacionados a contabilização dos impostos a recuperar, os quais não foram corrigidos pela Companhia por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Baseados nos resultados dos procedimentos resumidos acima, consideramos que o saldo de impostos a recuperar relacionado ao reconhecimento de crédito extemporâneos de PIS e COFINS, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de



auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



São Paulo, 30 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Fábio Lopes do Carmo'. The signature is written in a cursive style and is positioned above the printed name and title.

Fábio Lopes do Carmo
Contador CRC 1SP192172/O-3

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ: 07.032.886/0001-02
 BALANÇO PATRIMONIAL
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas explicativas	2019	2018
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	44.253	3.003
Contas a receber	11	53.806	98.027
Ativo financeiro	33	5.824	5.824
Estoques		4.257	3.102
Impostos a recuperar	12	19.902	4.122
Outras contas a receber		1.691	1.145
Adiantamento a fornecedores		706	698
Total do ativo circulante		130.439	115.921
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Títulos e valores imobiliários		292	-
Contas a receber	11	10.489	10.489
Ativo financeiro	33	32.669	38.878
Ativo fiscal diferido	14	1.383	-
Outras contas a receber		29	18
Depósitos judiciais	13	14.979	14.046
		59.841	63.431
Imobilizado	15	65.758	66.481
Direito de uso - Arrendamento	16	11.270	-
Intangível		428	75
		77.456	66.556
Total do ativo não circulante		137.297	129.987
TOTAL DO ATIVO		267.736	245.908

	Notas explicativas	2019	2018
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	17	48.923	44.194
Empréstimos e financiamentos	18	13.297	14.159
Passivo de arrendamento	20	3.580	-
Debêntures	19	12.580	12.637
Salários, benefícios e encargos sociais	21	20.985	19.737
Imposto de renda e contribuição social		6.153	-
Impostos, taxas e contribuições	22	18.959	17.255
Dividendos a pagar		15.825	42.640
Adiantamentos de clientes		70	70
Outras contas a pagar		6.316	5.521
Total do passivo circulante		146.688	156.213
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	18	17.643	20.486
Passivo de arrendamento	20	8.117	-
Debêntures	19	12.500	25.000
Passivo fiscal diferido	14	-	2.037
Provisões	23	6.694	5.761
Total do passivo não circulante		44.954	53.284
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23	34.257	31.899
Reservas de lucros		41.837	4.512
Total do patrimônio líquido		76.094	36.411
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		267.736	245.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ: 07.032.886/0001-02
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Valores expressos em milhares reais)

	<u>Notas Explicativas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		593.177	554.187
Impostos incidentes sobre serviços prestados		(85.420)	(79.275)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	<u>507.757</u>	<u>474.912</u>
Custo dos serviços prestados	27	(397.263)	(371.568)
LUCRO BRUTO		<u>110.494</u>	<u>103.344</u>
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas comerciais	28	(2.836)	(2.813)
Despesas administrativas	29	(21.386)	(20.650)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(1.905)	(2.388)
Resultado de equivalência patrimonial	16	-	-
RECEITAS E DEPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		<u>(26.127)</u>	<u>(25.851)</u>
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		84.367	77.493
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	31	4.806	2.684
Despesas financeiras	31	(7.635)	(9.304)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		<u>(2.829)</u>	<u>(6.620)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		81.538	70.873
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	14	(30.729)	(20.966)
Diferido	14	3.419	(2.755)
Incentivo lucro da exploração	26	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>54.228</u></u>	<u><u>47.152</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
CNPJ: 07.032.886/0001-02
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	54.228	47.152
Total Resultado abrangente da Companhia	<u>54.228</u>	<u>47.152</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA

CNPJ: 07.032.886/0001-02

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Lucros Acumulados	Patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	60.650	(31.234)	2.483	16.803	-	48.702
Integralização de capital com reserva legal	-	2.484	(2.484)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	47.152	47.152
Reserva de lucros	-	-	-	2.154	(2.154)	-
Reserva legal	-	-	2.358	-	(2.358)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(16.803)	(42.640)	(59.443)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	60.650	(28.751)	2.358	2.154	-	36.411
Integralização de capital com reserva legal	2.358	-	(2.358)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	641	641
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	54.228	54.228
Reserva de lucros	-	-	-	39.094	(39.094)	-
Reserva legal	-	-	2.743	-	(2.743)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(2.154)	(13.031)	(15.185)
Outros	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	63.008	(28.751)	2.743	39.094	-	76.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ: 07.032.886/0001-02
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	54.228	47.152
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	17.795	13.942
Baixa de imobilizado e intangível	583	56
Ajustes de períodos anteriores	641	-
Encargos financeiros sobre financiamentos, empréstimos, debêntures e arrendamento	3.140	8.518
(Reversão) / Provisão para concientização da população	(345)	(580)
Reversão de ativo financeiro	6.396	5.134
Correção de depósitos judiciais	(791)	(990)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(4.315)
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	-	4.315
Reconhecimento de crédito de PIS e de COFINS	(13.515)	-
Provisão para contingências	2.163	1.976
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	27.310	23.721
Aumento / Redução nos ativos operacionais:		
Títulos e valores mobiliários	(292)	-
Contas a receber	44.221	(5.795)
Impostos a recuperar	(2.265)	55
Estoques	(1.155)	(434)
Outros contas a receber	(557)	(537)
Depósitos judiciais	46	141
Adiantamento a fornecedores	(8)	529
Ativo financeiro	-	(598)
Aumento nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras contas a pagar	5.524	3.473
Salários, benefícios e encargos sociais	1.248	538
Impostos, taxas e contribuições	1.704	650
Pagamento de contingências	(1.075)	(1.630)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	144.996	95.321
Impostos pagos sobre o lucro	(24.577)	(20.966)
Arrendamento mercantil - juros pagos	(950)	-
Debêntures - juros pagos	(2.352)	(4.564)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(2.992)	(6.875)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	114.125	62.916
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de imobilizado	(15.165)	(8.062)
Adição de intangível	(83)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15.248)	(8.062)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Debêntures - pagamento principal	(9.375)	(11.500)
Arrendamento mercantil - pagamento principal	(2.606)	-
Empréstimos e financiamentos - captação	22.114	5.604
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(25.760)	(19.371)
Dividendos pagos	(42.000)	(27.561)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(57.627)	(52.828)
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	41.250	2.026
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	3.003	977
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	44.253	3.003
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	41.250	2.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA

CNPJ nº 07.032.886/0001-02

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Logística Ambiental de São Paulo S.A. – LOGA referentes a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras em sua íntegra encontram-se à disposição no site da Companhia.

I) A Companhia: O contrato de concessão firmado em 2004 entre a LOGA e a Prefeitura do Município de São Paulo completou seu décimo-quinto ano de desafios, realizações e inovações. A concessionária é a responsável pela coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares e de serviços de saúde gerados nas regiões Norte e Oeste da cidade, por 20 anos. Atualmente, as regiões Norte e Oeste contam com 4,5 milhões de habitantes, além de uma população flutuante estimada em mais 2 milhões de pessoas que trabalham, estudam, passam por atendimento de saúde e fazem negócios nessas regiões.

II) Desempenho Operacional: Para atender esta demanda a LOGA conta com mais de 2.300 colaboradores e cerca de 300 veículos especializados na coleta de resíduos porta-a-porta. São 1,6 milhão de domicílios e 20 mil estabelecimentos de saúde coletados dia e noite em 876 bairros e 13 subprefeituras. Em 2019 foram 1,7 milhão de toneladas coletadas, com 9,4 milhões de quilômetros percorridos pelas ruas e consumo de 8 milhões de litros de combustível. Na Estação de Transbordo Ponte Pequena foram transferidas 1,5 milhões de toneladas de resíduos de caminhões de coleta para veículos com grande capacidade de carga, otimizando o fluxo de resíduos até o aterro sanitário. Foram coletadas e tratadas cerca de 25 mil toneladas de Resíduos de Saúde, seguindo os mais rígidos controles e padrões técnicos. A destinação final de 1,7 milhão de tonelada ocorreu em um dos maiores e mais seguros aterros sanitários do mundo, alinhado ao compromisso da LOGA com o Meio Ambiente e a Qualidade dos serviços. Os indicadores de produtividade da Companhia continuam apresentando melhorias constantes, em razão dos esforços contínuos em treinamento, produtividade e segurança, além de inovações nos equipamentos e destacada gestão no controle operacional.

III) Gestão de Pessoas: A LOGA busca continuamente a capacitação de seus colaboradores, desenvolvendo programas que visam o aprimoramento específico no desempenho das suas atividades. O programa de estágio vem sendo renovado e continua promovendo oportunidades para estudantes no nível de graduação a ingressarem no mercado de trabalho e adquirirem experiência. Além dos programas destacados, a LOGA investe em ações que proporcionam reconhecimento aos colaboradores, como Você Tem Mais Valor, voltado à valorização dos colaboradores através do cumprimento dos procedimentos internos, segurança do trabalho e qualidade dos serviços.

IV) Segurança, e Meio Ambiente: Com base nos preceitos da gestão integrada, a LOGA adota práticas e procedimentos para proporcionar aos seus colaboradores um ambiente seguro, investindo em ações e equipamentos que minimizem riscos à saúde e à segurança do trabalho. Comprometida com a preservação do meio ambiente, a LOGA cumpre com rigor a legislação aplicável a sua atividade, atuando com práticas preventivas para mitigar seus aspectos e impactos ambientais.

V) Qualidade, Auditoria Interna e Gestão da Informação: Com a missão de assegurar o cumprimento do desdobramento dos objetivos estratégicos da Loga mediante o processo de

auditoria, gestão de metas, documentos e planos de ação a LOGA mantém esses processos em apoio a Alta Direção via Governança Corporativa. De forma consistente é realizada definição de processos, padrões e procedimentos críticos para sustentação do negócio sendo certificada nas ISOs 9001 e 37001. Promove a cultura de excelência e de consistência operacional, através da atuação no desenho, aplicação e governança dos programas de excelência que estimulam o cumprimento do padrões, processos e procedimentos críticos do negócio por meio de auditoria interna e externa. Suporta ainda as áreas de negócio na condução de projetos de melhoria para atingimento de resultado através da aplicação de metodologia e ferramentas de solução de problemas assegurando a melhoria contínua dos serviços prestados e a satisfação do cliente - Prefeitura do Município de São Paulo.

VI) Responsabilidade Social: Em 2019 a Loga intensificou as atividades de conscientização, inclusive realizando o atendimento personalizado porta a porta, dando continuidade a vários projetos com a comunidade, além das ações de sensibilização já desenvolvidas com o público estudantil, que somaram cerca de 43 mil participantes. A Companhia manteve o Projeto IAJA (Incubadora Ambiental Jovem & Ação) - realizado em parceria com a Sociedade Benfeitora do Jaguaré, que conscientizou mais de 1.300 pessoas, entre crianças e adultos. Além disso, em 2019 a Loga realizou projetos via Lei de Incentivo à Cultura, que contaram com um grande evento de sustentabilidade no Pavilhão do Ibirapuera, intitulado "Green Nation", que deu acesso a 50.000 visitantes. Já entre os meses de junho e outubro, foi a vez das escolas e instituições de ensino serem contempladas com espetáculos de teatro sobre descarte correto e sustentabilidade. A peça "Por um Futuro Sustentável", projeto que levou conscientização para as crianças do Agrupamento Noroeste da cidade de São Paulo beneficiou 5.000 pessoas, em um total de 33 apresentações. O grande destaque do ano em conscientização foi o lançamento da Campanha Recicla Sampa que, a partir de comunicação integrada e utilizando personagem de destaque e plataformas digitais, abrangeu um público estimado de 11 milhões de pessoas. Todas essas ações contribuíram para a formação teórica e prática dos munícipes que aprenderam sobre o manejo responsável dos resíduos, visando uma sociedade mais sustentável e ciente da importância da gestão compartilhada por todos.

Por fim disponibiliza, ainda, canais de comunicação para seus *stakeholders*, para reclamações e sugestões, que contribuem com oportunidades de melhorias em seus processos e serviços.

VII) Investimentos: Apesar do desequilíbrio econômico-financeiro, a empresa vem honrando os compromissos contratuais. Em 2019 foram adquiridos 30 veículos afim de maximizar a qualidade operacional, totalizando investimento de aproximadamente R\$ 15.000.000,00.

VIII) Compliance: Ética e Integridade são compromissos inegociáveis na Loga, para os quais não há tolerância para desvios. Em 2019, a Loga colaborou com a construção e assinou o Pacto de Integridade do Setor de Limpeza Urbana, Resíduos Sólidos e Efluentes, que reforça a atuação no tema a partir de uma visão setorial. As 5ª e 6ª Semanas de Integridade foram realizadas com atividades e treinamentos voltados para todos os públicos, para disseminação da cultura ética e promoção de bases sustentáveis nos negócios. Em novembro a Loga passou pela primeira auditoria de manutenção do seu Sistema de Gestão Antissuborno ISO 37001:17, sem não conformidades. Alinhados às melhores práticas globais, Código de Conduta e Procedimentos foram revisados e publicados. Como resultado, a Loga recebeu premiação do 1º Guia Exame de Compliance, por reconhecimento de suas boas práticas no Programa de Integridade.

Agradecimentos: A Administração da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. De forma especial expressa seu reconhecimento e agradecimento a seus

colaboradores pelo comprometimento e contribuição na busca constante da qualidade de nossos serviços. Todas as conquistas de 2019 só foram possíveis pelo incansável trabalho dos mais de 2.300 colaboradores da Companhia.

A Administração

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1

Contexto operacional

A Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga (“Companhia” ou “Loga”), situada à Avenida Marechal Mario Guedes, 221- Jaguaré - Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos adicionais à critério do Poder Concedente, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004.

A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”), detentora de 62,347% das ações, a Latte Coleta Holding S.A., detentora de 34% das ações, e a Latte Saneamento de Participações S.A., detentora de 3,653% das ações.

A VVR é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011, quando a sua então controladora, Vega Engenharia Ambiental S.A., realizou uma cisão parcial de seu acervo líquido viabilizando a transferência da totalidade do investimento por ela detido na Loga, bem como de determinados passivos e ativos, para a VVR, Companhia constituída pelo Grupo Solvi com objetivo específico de participar do capital de outras Companhias. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura do Município de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

O Grupo LATTE é acionista da companhia desde 12 de dezembro de 2018 quando se concretizou a transferência das ações da ESTRE AMBIENTAL S/A à LATTE SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S/A, bem como, em 18 de janeiro de 2019 houve a alteração da denominação da companhia ESTRE COLETA HOLDING S/A para LATTE COLETA HOLDING S/A. Conforme requerido pelo Contrato de Concessão, a alteração foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo – SP (Poder Concedente).

Reequilíbrio quinquenal

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão é dever da Administração Pública, antes mesmo de ser direito do contratado. Justifica-se, como princípio, pelo fato de revelar-se vantajosa para a Administração Pública, no reconhecimento de que contratos bem equilibrados tendem a atingir melhor a finalidade a que se destinam. Além de favorecer ao princípio da modicidade tarifária, uma vez que a garantia de equilíbrio propicia tarifas livres de majorações por riscos não contingenciados.

Conforme a cláusula 15.14, a AMLURB (Autoridade Municipal de Limpeza Urbana) procederá a uma revisão ordinária das tarifas praticadas e de sua fidelidade à equação econômico-financeira inicial do contrato a cada 5 (cinco) anos da concessão, durante a qual a concessionária e a AMLURB poderão evocar todos os eventos que considerar determinantes de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 26 de dezembro de 2012, foi concluído o primeiro reequilíbrio ordinário quinquenal referente ao período de 2004 a 2009. Entretanto, vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental (“TCA”) assinado, o Poder Concedente reconheceu alguns eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual, porém, não aplicou o devido ajuste tarifário. Além disso, ficou pendente de avaliação o item de atualização do fator de redução de custos operacionais, instituído de forma provisória em 2007 e com impacto em todos os anos da Concessão. Ele foi calculado com base nos custos ocorridos no 1º ano do contrato, não refletindo, portanto, a realidade dos anos posteriores. Estes pontos serão tratados no próximo reequilíbrio ordinário, já evocado em outubro de 2014 e com trabalho de análise pela AMLURB ainda em curso e sem definição de prazo para conclusão. Por fim, no Termo de Compromisso Ambiental assinado em 2012, também foi reconhecido que por advir de decisões de competência de diferentes Secretarias Municipais, a dívida da Municipalidade para com a Companhia em

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

razão de terceirização imprevista de aterro, por ela procedida no aguardo da disponibilização da área a ser desapropriada pelo Poder Concedente para implantação e operação do novo aterro sanitário municipal, deverá ser apurada apartada do documento assinado, por Comissão instituída pelo Poder Concedente. Neste momento, serão observados: deslizamento do investimento e operação do novo aterro sanitário, incluindo o deslizamento do investimento da estação de tratamento de efluentes do novo aterro sanitário e a terceirização de aterro a partir do 7º ano (2011) da Concessão até não mais o final do 11º ano (2015) conforme consta no TCA 2012, mas em período ainda a ser avaliado pelo Poder Concedente, visto que já está em curso o 15º ano (2018/2019) de contrato e até o momento não houve definição quanto à disponibilização do terreno para a implantação. É relevante ressaltar que esta Comissão foi criada em 2014 com prazo para conclusão dos trabalhos em 25 de outubro do mesmo ano, não havendo qualquer pronunciamento ou deliberação sobre o tema. O assunto está sendo discutido no âmbito do processo de reequilíbrio contratual em curso.

Neste contexto, como as obrigações contratuais ainda serão tratadas e redefinidas, não foi efetuada neste exercício uma provisão para investimentos futuros.

Atualmente, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo. Um fator para esse cenário se deve aos dividendos propostos, que somente serão liquidados desde que não haja comprometimento da liquidez da Companhia. Adicionalmente, as obrigações relevantes da operação, em especial o custo com tratamento e destinação de resíduos, possuem prazos de pagamento atrelados aos recebimentos da Prefeitura do Município de São Paulo. A Companhia não identificou a necessidade de buscar o reperfilamento de suas dívidas, uma vez que os fluxos de caixa futuro demonstram capacidade de liquidação de suas obrigações.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 6.1.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2020.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 33 – Ativo financeiro – Gastos elegíveis à capitalização do ativo financeiro relacionado às obrigações de investimentos previstas no contrato de concessão.

Nota explicativa 15 – Imobilizado – estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 14 – Ativo fiscal diferido: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Nota explicativa 15 – Imobilizado: teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

Nota explicativa 23 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes:

- (a) Mudanças de políticas contábeis
- (b) Instrumentos financeiros
- (c) Receita de contrato com cliente
- (d) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (e) Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)
- (f) Imobilizado
- (g) Contratos de concessão
- (h) Provisões
- (i) Benefícios a empregados
- (j) Imposto de renda e contribuição social
- (k) Distribuição de dividendos

a. Mudanças de políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil em 1º de janeiro de 2019. Em virtude da referida adoção, foram realizadas alterações significativas nas práticas contábeis de arrendamentos operacionais.

6.1 CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 foi emitido em 13 de janeiro de 2016 com adoção inicial prevista para 1º de janeiro de 2019, conforme *time line* apresentado abaixo:



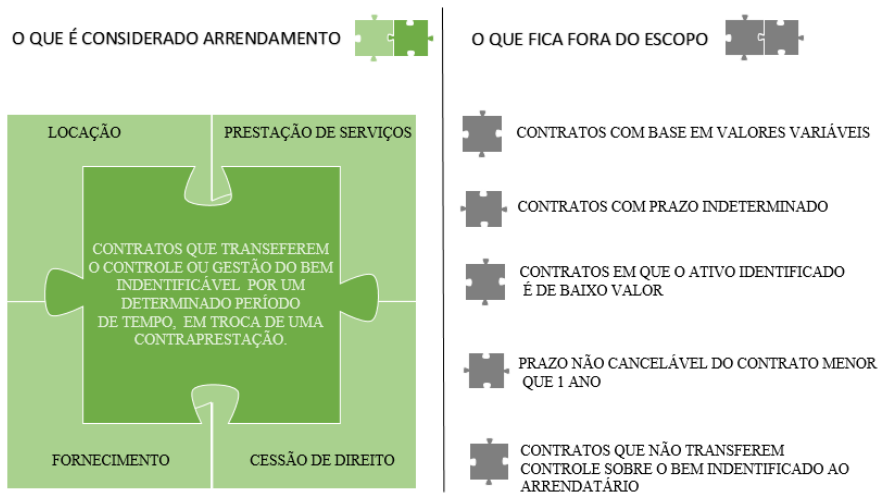
Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 04 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Entretanto, com a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 à partir de 1º de janeiro de 2019, a

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia passa a determinar se o contrato é ou contém um arrendamento caso haja a transferência do direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Abaixo ilustramos o conceito de arrendamento de acordo com a nova norma e quais são suas isenções:



Conforme elucidado acima, para os arrendatários, os contratos de arrendamento, classificados anteriormente como arrendamentos operacionais e reconhecidos como despesas lineares na demonstração do resultado do exercício, passam a ser contabilizados no balanço patrimonial como ativo de direito de uso, pelo direito previsto no contrato, de usar os ativos subjacentes ao contrato em contrapartida a conta de passivo de arrendamento decorrente da obrigação de efetuar pagamentos contratuais assumidos, pelo prazo não cancelável do contrato, ou seja, sendo considerado os prazos compreendidos por eventuais opções de extensão ou opções de rescisão.

6.1.1 Resumo das principais políticas contábeis alteradas com a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16:

6.1.1.1 Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzidos de qualquer depreciação e eventuais perdas por redução ao valor recuperável, e ajustado por possíveis reavaliações dos passivos de arrendamento (extensão do prazo, correção do valor da contraprestação, troca do ativo subjacente, e etc.).

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos diretos iniciais incorridos para deixar o referido ativo nas condições e local preteridos pela Administração, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear considerando o prazo não cancelável da locação (prazo de vigência do contrato, acrescido ao período compreendido por adoção de opções de renovação), baseado na melhor estimativa em cada data do reporte. Ativos de direitos de uso estão sujeitos ao teste de valor recuperável (*Impairment*) se houver evidências de que seu valor contábil pode estar superior ao valor recuperável.

As despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas como custos operacionais nas demonstrações do resultado do exercício.

6.1.1.2 Passivo de arrendamento

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento na data de início do arrendamento, mensurando-os pelo valor presente de pagamentos de arrendamento a serem feitos durante o prazo da locação mensurado com base no contrato e em opções de renovação (prazo não cancelável do arrendamento, nota 6.1.1.2.1). Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que aciona o pagamento ocorre.

Para calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, a Companhia usa a taxa incremental (conforme descrito na nota 6.1.3). Depois da data de início, o valor do passivo de arrendamento é acrescido aos juros descontados pelo prazo do arrendamento, atualizações de parcelas e reduzido pelos pagamentos de arrendamentos efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado quando existe uma modificação, uma alteração no prazo da locação, uma alteração nos pagamentos fixos da locação ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente.

Os juros são reconhecidos na rubrica de despesas financeiras nas demonstrações do resultado do exercício.

6.1.1.2.1 Determinação do prazo de arrendamento

A Companhia determina como prazo da locação como o prazo não cancelável de arrendamento, a validade do contrato, acrescido a eventuais opções de renovação, se for razoavelmente certo que seja exercida, ou qualquer opção para rescindir a locação, se é razoavelmente certo de não ser exercido.

A Companhia reavalia o prazo da locação se houver um evento ou alteração significativa em circunstâncias que está sob seu controle e afeta sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovar (por exemplo, modificação de estratégia negocial), ou quando obtém nova licença junto à prefeitura.

6.1.1.2.2 Arrendamento de curto prazo e arrendamento de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a todos seus arrendamentos que têm prazo de contrato menor ou igual a 12 meses à partir da data de início e não contém uma opção de compra. Aplica-se também o expediente prático de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor para arrendamentos cujo valor individual dos ativos esteja abaixo de US\$ 5.000. Pagamentos de aluguéis em arrendamentos de baixo valor e de curto prazo são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

6.1.2 Prática contábil aplicada até 31 de dezembro de 2018

Anteriormente, os contratos onde a Companhia é arrendatária eram reconhecidos conforme sua classificação entre arrendamentos financeiros e operacionais:

- *Arrendamento financeiro:* Eram classificado como arrendamento financeiro, Os arrendamentos mercantis nos quais a Companhia adquiria substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tinham prazo contratual superior à 12 meses. Para estes arrendamentos a Companhia era reconhecido de forma similar a uma compra financiada, onde a Companhia reconhecia um passivo financeiro e um ativo imobilizado; e
- *Arrendamento operacional:* Eram classificados desta maneira os arrendamentos mercantis nos quais parte substancial dos riscos e benefícios permanecia com o arrendador e apresentavam

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

prazo igual ou inferior a 12 meses. Os pagamentos inerentes a estes arrendamentos eram apropriados ao resultado do exercício pelo método linear ao longo do período do arrendamento como despesas de alugueis.

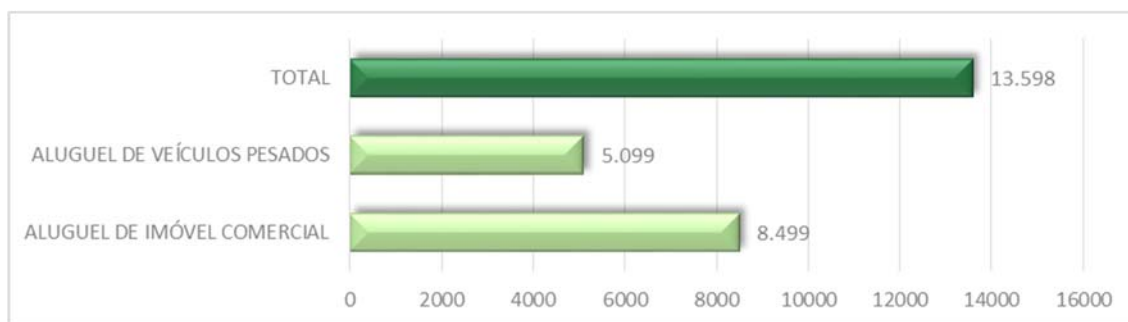
6.1.3 Transição

A Companhia dispôs da adoção inicial através do método retrospectivo modificado, considerando a data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2019. Desta forma, as informações financeiras comparativas a períodos anteriores não estão sendo reapresentadas, permanecendo conforme anteriormente reportado de acordo com o IAS 17/CPC 06.

Conforme previsto na norma, a Companhia optou pelos seguintes expedientes práticos:

- i. Não reconhecer na data inicial contratos que de locação com prazo igual ou inferior à 12 meses (arrendamentos de curto prazo);
- ii. Não reconhecer contratos para os quais o ativo subjacente individual é menor que US\$ 5.000 (arrendamento de baixo valor);
- iii. O uso de uma taxa única de desconto em um carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares; e
- iv. Assumir o valor do ativo de direito de uso igual ao valor do passivo de arrendamento no reconhecimento inicial.

A Companhia reconheceu inicialmente em 1º de janeiro de 2019 o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento no valor de R\$13.598 (notas explicativas nº 16 e 20), que é composto pelos seguintes ativos subjacentes:



Para determinação do valor inicial do passivo de arrendamento a Companhia, foi considerado os pagamentos de acordo com os fluxos de caixa de cada contrato, descontados a valor presente pela taxa incremental. A taxa média ponderada de empréstimos incremental aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi de 8,48% a.a.

Devido à adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a dívida líquida da Companhia em 1º de janeiro de 2019 passou de R\$72.282 para R\$85.880, não impactando em cláusula restritivas de empréstimos e financiamentos na data de aplicação inicial.

Como efeito da adoção a nova norma, despesas de arrendamentos operacionais, antes registradas como despesas de alocação (despesas operacionais), e passaram a ser reconhecidas como despesa de

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

depreciação do ativo de direito de uso (custo operacional) e despesas de juros do passivo de arrendamento (resultado financeiro líquido). Naturalmente, ao longo da vida útil do contrato não haverá alteração do montante total levado ao resultado, entretanto há um efeito temporal no lucro líquido, com uma redução do lucro líquido de R\$427 no exercício findo em 2019, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualizações monetárias associadas aos arrendamentos, através de taxa incremental.

Abaixo ilustramos os efeitos mencionados nas demonstrações do resultado do exercício:

Impactos na DRE em 31 de dezembro de 2019, após adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16			
	CPC 06 / IAS 17	CPC 06 / IAS 17 (R2) / IFRS 16	Impacto no resultado
Despesas operacionais	(3.557)	-	3.557
Depreciação e amortização	-	2.947	(2.947)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(3.557)	2.947	610
Resultado financeiro	-	(1.037)	(1.037)
Resultado líquido	(3.557)	1.910	(427)

6.2 ICPC 22 / IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação IFRIC23/ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do IAS12/CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incertezas sobre tratamentos aplicados nos cálculos de apuração dos respectivos tributos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido).

A interpretação entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

b. Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iii. Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 em suas demonstrações financeiras.

vi. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

c. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Receita de serviços prestados - Resíduos

- **Coleta e destinação de resíduos**

As receitas provenientes da prestação dos serviços de coleta e destinação são decorrentes de: coletas de resíduos sólidos domiciliares, Coleta de Resíduos de Saúde e Coleta Hospitalar, e a sua devida destinação final em aterro. Tais serviços compõem o um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente à outros clientes, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho "Coleta, destinação e Tratamento de Resíduos". Conforme os contratos de prestação dos serviços de coleta e destinação, a obrigação de desempenho é cumprida, e a receita é reconhecida por tarifa fixa independente do quantitativo de resíduos coletados e destinados.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e receita de juros sobre ativos financeiros.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e descontos concedidos.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

e. Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, ou de forma sistemática ao longo do contrato de concessão, dos dois o menor. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº15.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

A Companhia deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

g. Contratos de concessão

(i) Características do contrato de concessão

Os bens vinculados à concessão serão reversíveis ao poder Concedente no encerramento do contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão:

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente;
- o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no IFRIC 12 (ICPC 01 (R1)), quando:

- O concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- O concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

O concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; e
- Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para contingências

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

i. Benefícios a empregados

(i) *Previdência privada*

Aos empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

k. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral conforme informado na nota explicativa nº 25c.

7 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 2019 e 2018.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de mercado

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e financiamentos e debêntures. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros - média efetiva em 31/12/2019	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Empréstimos e financiamentos	30.940	8,19%	30.940	30.974	31.008	30.906	30.872
Debêntures	25.080	7,53%	25.080	25.100	25.120	25.060	25.040
Efeito no resultado				54	108	(54)	(108)

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados de acordo com índices definidos no Contrato de Concessão, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

Risco de contrato de concessão

O risco de contrato de concessão está atrelado diretamente ao não cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como os direitos serem garantidos pelo Poder Concedente.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	10	44.253	3.003
Ativo financeiro	33.a	38.493	44.702
Contas a receber de clientes	11	64.295	108.516
Outras contas a receber		1.720	1.163
		148.761	157.384

Para mitigar o risco de possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia adota

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

C. **Risco de liquidez**

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras, financiamento doméstico e debêntures. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, que compreendem o período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2019	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	15.069	8.531	11.186	34.786	30.940
Debêntures (a)	13.976	13.061	-	27.037	25.080
Dividendos a pagar	15.825	-	-	15.825	15.825
Fornecedores e outras contas a pagar	55.239	-	-	55.239	55.239
	<u>100.109</u>	<u>21.592</u>	<u>11.186</u>	<u>132.887</u>	<u>127.084</u>

Em 31 de dezembro de 2018	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	16.541	12.698	10.192	39.431	34.645
Debêntures (a)	15.534	14.366	13.209	43.109	37.637
Dividendos a pagar	42.640	-	-	42.640	42.640
Fornecedores e outras contas a pagar	49.715	-	-	49.715	49.715
	<u>124.430</u>	<u>27.064</u>	<u>23.401</u>	<u>174.895</u>	<u>164.637</u>

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Adicionalmente, conforme estabelecido em contrato de debêntures existente, a Companhia compromete-se com *covenants* financeiros estabelecidos com o intuito de garantir o controle do endividamento da Companhia em função do caixa operacional gerado e a capacidade da Companhia em honrar o pagamento de suas dívidas. Os *covenants* e suas metas foram estabelecidos pelos próprios agentes financiadores dentro de condições normais de mercado, conforme nota explicativa nº19.

A Companhia monitora continuamente a evolução e a projeção dos *covenants* estabelecidos para avaliar a necessidade de revisões de orçamento e estabelecimento de planos de contenção de custos e despesas.

Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulante e não circulante, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Total do passivo circulante e não circulante	191.642	209.497
(-) caixa e equivalentes de caixa	(44.253)	(3.003)
Dívida líquida	147.389	206.494
Patrimônio líquido	76.094	36.411
Índice de alavancagem	1,94	5,67

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2019		2018	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Custo amortizado	44.253	44.253	3.003	3.003
Contas a receber de clientes	Nível 2	Custo amortizado	64.295	64.295	108.516	108.516
Ativo financeiro	Nível 2	Custo amortizado	38.493	38.493	44.702	44.702
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	1.720	1.720	1.163	1.163
Total			148.761	148.761	157.384	157.384
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	55.239	55.239	49.715	49.715
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	30.940	30.940	34.645	34.645
Dividendos a pagar	Nível 2	Custo amortizado	15.825	15.825	42.640	42.640
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	25.080	25.804	37.637	36.467
Passivo de arrendamento	Nível 2	Custo amortizado	11.697	11.697	-	-
Total			138.781	139.505	164.637	163.467

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

8 Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, exceto o CPC 06 (R2) / IFRS 16 que está apresentado na nota explicativa 6.1.1.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

10 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos com segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	13	13
Bancos	1.363	225
Aplicações financeiras	42.877	2.765
	<u>44.253</u>	<u>3.003</u>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 98% em 2019 (97,71% em 2018) do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Contas a receber

As contas a receber são compostos como seguem:

	Nota explicativa	2019	2018
Prefeitura Municipal de São Paulo:			
Valores faturados		11.742	57.504
Medição dos serviços prestados		52.519	50.939
		<u>64.261</u>	<u>108.443</u>
Clientes privados:			
Valores faturados - venda de sucata		6	-
		<u>6</u>	<u>-</u>
Partes relacionadas	24b	28	73
Total		<u>64.295</u>	<u>108.516</u>
Circulante		53.806	98.027
Não circulante		10.489	10.489
Total		<u>64.295</u>	<u>108.516</u>

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	2019	2018
Valores a vencer	32	59
<i>Vencidos:</i>		
Até 30 dias	53.774	97.967
Entre 31 e 60 dias	-	1
Acima de 360 dias (a)	10.489	10.489
	<u>64.295</u>	<u>108.516</u>

- (a) O saldo acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais realizados à Prefeitura de São Paulo, que ocorreram nos períodos de 2007, 2009 e 2013, a Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para esses títulos devido ao estágio de negociação junto a contraparte.

12 Imposto a recuperar

	2019	2018
IRPJ	398	982
CSLL	-	83
Cofins (i)	12.706	1.447
Pis (i)	5.413	315
INSS	1.385	1.295
	<u>19.902</u>	<u>4.122</u>

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Em 2019, a Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos e ao revisar a norma fiscal vigente sobre PIS e COFINS registrou créditos de PIS e de COFINS extemporâneos a partir do período de 2015 sobre a aquisição de ativo imobilizado, recebimento do ativo financeiro e da despesa de ônus de concessão paga ao Poder Concedente. No caso do ônus de outorga, somente, foi considerado crédito extemporâneo de PIS, devido a contraparte (Poder Concedente) não ser tributada pela COFINS.

A Companhia reavaliou todo seu controle interno sobre aquisições de ativo imobilizado e os valores recebidos à título de ativo financeiro e pagos como ônus de concessão desde 2015 para obter a base de mensuração para quantificação dos valores de créditos extemporâneos a serem tomados. Esses créditos foram atualizados pela SELIC de acordo com a legislação fiscal vigente. O total de crédito registro referente a PIS e COFINS atualizados foi de R\$ 13.515.

13

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são compostos como seguem:

	2019	2018
Depósito recursal	558	269
Depósito em garantia	9.941	9.807
Correção monetária de depósitos judiciais	9.812	9.021
Compensação de depósitos com provisões contingenciais correlatas	(5.332)	(5.051)
	<u>14.979</u>	<u>14.046</u>

14

Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía registrados ativos e passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela Legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	2019	2018
Diferenças temporárias:		
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(11.372)	(20.288)
Provisões contingências	11.472	10.385
Provisão para perda de estoque	42	42
Provisão conscientização da população	543	888
Provisão para participação nos resultados	1.997	1.832
Outros	1.385	1.151
Total	<u>4.067</u>	<u>(5.990)</u>
Alíquotas - 34%	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>1.383</u>	<u>(2.037)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	5.250	4.862
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(3.867)	(6.899)

Reconciliação da taxa efetiva

A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	81.538	70.873
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	<u>(27.723)</u>	<u>(24.097)</u>
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Brindes / multas indedutíveis	(37)	(177)
Provisão para gratificação, bônus e doações	(702)	(236)
Outras diferenças temporárias	1.152	789
Provisão para imposto de renda e contribuição social	<u>(27.310)</u>	<u>(23.721)</u>
Corrente	(30.729)	(20.966)
Diferido	3.419	(2.755)
Alíquota efetiva	33,49%	33,47%

15**Imobilizado**

O saldo é composto como segue:

	<u>Taxa média anual - %</u>	<u>2019</u>			<u>2018</u>
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Terrenos	-	24.266	-	24.266	24.266
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	3.568	-	3.568	2.633
Máquinas e equipamentos	10%	13.538	(5.874)	7.664	4.277
Veículos	20%	85.458	(57.372)	28.086	28.973
Móveis, utensílios e outros	10%	1.372	(707)	665	431
Equipamentos de informática	20%	3.880	(2.429)	1.451	1.283
Imobilizado em andamento	-	58	-	58	4.618
		<u>132.140</u>	<u>(66.382)</u>	<u>65.758</u>	<u>66.481</u>

As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo do Imobilizado	Saldo 2018	Adição	Baixa	Transferência	Outros	Saldo 2019
Terrenos	24.266	-	-	-	-	24.266
Benfeitorias em bens de terceiros	2.633	261	(358)	1.032	-	3.568
Máquinas e equipamentos	8.530	2.008	(400)	3.400	-	13.538
Veículos	76.252	11.511	(2.305)	-	-	85.458
Móveis, utensílios e outros	1.057	315	-	-	-	1.372
Equipamentos de informática	3.392	603	(115)	-	-	3.880
Imobilizado em andamento	4.618	467	(90)	(4.937)	-	58
	120.748	15.165	(3.268)	(505)	-	132.140

Depreciação	Saldo 2018	Adição	Baixa	Transferência	Outros	Saldo 2019
Máquinas e equipamentos	(4.253)	(2.724)	289	-	814	(5.874)
Veículos	(47.279)	(12.850)	2.306	-	451	(57.372)
Móveis, utensílios e outros	(626)	(81)	-	-	-	(707)
Equipamentos de informática	(2.109)	(410)	90	-	-	(2.429)
	(54.267)	(16.065)	2.685	-	1.265	(66.382)
	66.481	(900)	(583)	(505)	1.265	65.758

Custo do Imobilizado	Saldo 2017	Adição	Baixa	Transferência	Outros	Saldo 2018
Terrenos	24.266	-	-	-	-	24.266
Benfeitorias em bens de terceiros	2.633	-	-	-	-	2.633
Máquinas e equipamentos	8.528	2.000	(1.998)	-	-	8.530
Veículos	72.743	4.583	(1.074)	-	-	76.252
Móveis, utensílios e outros	1.278	99	(320)	-	-	1.057
Equipamentos de informática	3.387	350	(345)	-	-	3.392
Imobilizado em andamento	3.589	1.029	-	-	-	4.618
	116.424	8.061	(3.737)	-	-	120.748

Depreciação	Saldo 2017	Adição	Baixa	Transferência	Outros	Saldo 2018
Máquinas e equipamentos	(4.421)	(1.792)	1.960	-	-	(4.253)
Veículos	(36.862)	(11.491)	1.074	-	-	(47.279)
Móveis, utensílios e outros	(851)	(81)	306	-	-	(626)
Equipamentos de informática	(1.946)	(506)	343	-	-	(2.109)
	(44.080)	(13.870)	3.683	-	-	(54.267)
	72.344	(5.809)	(54)	-	-	66.481

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2019 e 2018, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

16**Direito de uso – arrendamento**

O saldo é composto como segue:

Ativo subjacente	Adoção inicial 01 de janeiro de 2019	Adição	Depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Edificação	8.499	-	(1.699)	6.800
Veículos e equipamentos	5.099	618	(1.247)	4.470
	13.598	618	(2.946)	11.270

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Fornecedores

	Nota explicativa	2019	2018
Fornecedores		23.971	19.119
Partes relacionadas	24b	24.952	25.075
		48.923	44.194

18 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2019	2018
Finame	Pré-fixado de 9,40% a.a. a 12% a.a.	Jan/2020	19	3.405
BNDES	Pré-fixado de 3,50% a.a. a 8,40% a.a.	Jan/2020 a Dez/2023	7.891	11.789
Capital de giro	CDI + 2,81% a.a.	Jan/2020 a Jul/2023	15.391	-
Crédito direto ao consumidor	Pré-fixado de 9,51% a.a.	Jan/2020 a Nov/2024	7.639	19.451
			30.940	34.645
Circulante			13.297	14.159
Não circulante			17.643	20.486

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	2019	2018
2020	-	11.133
2021	6.744	5.048
2022	4.363	2.428
2023	4.162	1.877
2024	2.331	-
2025	43	-
	17.643	20.486

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade FINAME, estão garantidos por veículos no valor contábil de R\$19 em 2019 (R\$3.405 em 2018)

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade BNDES (também CEF – FINISA), estão garantidos por fiança bancária no valor de R\$7.891 em 2019 (R\$11.789 em 2018). Os empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem cláusulas restritivas de contrato (covenants).

Conciliação da movimentação dos empréstimos e financiamentos

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Saldo Inicial	Captação	Juros	Pgto Juros	Pagamento Principal	Saldo Final
Finame/Finep	3.405	16	94	(199)	(3.297)	19
BNDES	11.789	-	614	(600)	(3.912)	7.891
Capital de giro	-	15.353	38	-	-	15.391
Crédito direto ao consumidor	19.451	6.745	2.187	(2.193)	(18.551)	7.639
	34.645	22.114	2.933	(2.992)	(25.760)	30.940

19 Debêntures

	2018	Reversão de Juros	Pagamento de juros	Pagamento do principal	2019
Debêntures	37.637	(830)	(2.352)	(9.375)	25.080
Circulante					12.580
Não circulante					12.500

Em 15 de maio de 2015, a Companhia emitiu em série única 50 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$50.000. Tais debêntures são de espécie quirográfaria, não conversíveis em ações, com garantia adicional real fidejussória, sem emissão de cautelas ou certificados.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% das taxas médias diárias dos depósitos Interfinanceiros – DI, divulgado pela CETIP, acrescidas de uma sobretaxa equivalente de 3% ao ano.

A amortização será trimestral a partir de 15 de maio de 2017 do valor nominal unitário e consecutivas. O vencimento final da operação ocorrerá em 15 de dezembro de 2021.

Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

As Debêntures são garantidas por fiança da Solvi Participações S.A. em 62,347% e Estre Ambientam S.A. em 37,653%. Cada uma fiadoras é responsável proporcionalmente ao montante da obrigação.

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que podem caracterizar evento de inadimplemento e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures. Exige-se a observação do cumprimento do índice: IAC - Índice de Alavancagem Consolidada, que é apresentado através do cálculo de empréstimos e financiamento menos disponibilidade dividido pelo EBITDA, e o resultado deve ser inferior a 2,85. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

20 Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é representada como segue:

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa de desconto	Vencimento	2019
Arrendamento mercantil	8,48% a.a.	Set/2020 a Jun/2024	11.697
			<u>11.697</u>
Circulante			3.580
Não circulante			8.117

Movimentação do passivo de arrendamento:

	Adoção inicial 01 de janeiro de 2019	Captação	Pagamentos	Apropriação de juros	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Arrendamento mercantil	13.598	618	(3.556)	1.037	11.697

A política e impactos da adoção inicial ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento Mercantil estão descritos na nota explicativa nº6.1.

21 Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	2019	2018
Salários	4.839	4.351
Encargos trabalhistas	3.357	3.172
Férias	10.782	10.382
Participação nos resultados	2.007	1.832
	<u>20.985</u>	<u>19.737</u>

Benefício de previdência privada

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$237 em 2019 (R\$59 em 2018), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

22 Impostos, taxas e contribuições

São compostos como seguem:

	2019	2018
ISS sobre serviço	3.092	5.715
Pis sobre serviço	2.623	1.889
Cofins sobre serviço	12.105	8.699
Pis/Cofins/CSLL retidos	62	53
IR fonte	393	381
Outros	684	518
	<u>18.959</u>	<u>17.255</u>

23 Provisões

São compostas como seguem:

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Contingências	6.151	4.873
Obrigações contratuais	543	888
	6.694	5.761

a. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 2019, a provisão perfaz o montante de R\$ 6.151 (R\$ 4.873 em 2018), o qual, conforme a Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Os processos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2019, passíveis de provisão, são como seguem:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo 31/12/2017	1.187	3.443	4.630
Compensação de depósitos judiciais - 2017	4.612	797	5.409
Adições	481	2.439	2.920
Reversões	-	(944)	(944)
Pagamentos	-	(1.630)	(1.630)
Total sem compensação judicial	6.280	4.105	10.385
Depósitos judiciais	(4.793)	(719)	(5.512)
Saldo 31/12/2018	1.487	3.386	4.873
Compensação de depósitos judiciais - 2018	4.793	719	5.512
Adições	215	2.376	2.591
Reversões	(46)	(382)	(428)
Pagamentos	(59)	(1.016)	(1.075)
Total sem compensação judicial	6.390	5.083	11.473
Depósitos judiciais	(4.837)	(485)	(5.322)
Saldo 31/12/2019	1.553	4.598	6.151

A Companhia possui outras ações judiciais em andamento, compostas por reclamações trabalhistas e cíveis, cujo parecer do assessor jurídico externo da Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, no montante de R\$22.062 (R\$9.248 em 2018).

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Está em curso uma ação cível movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que questiona o processo licitatório que deu origem ao contrato de concessão. Na opinião do advogado contratado pela Loga para sua defesa, a chance de êxito da Companhia nessa ação é provável.

24 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$4.907 (R\$4.753 em 2018).

b. Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são demonstrados como seguem:

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (Despesas)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Serviços prestados e outros:						
Solví Participações S.A.	28	-	413	-	-	-
Guamá Tratamento de Resíduos Ltda	-	59	-	-	-	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.	-	-	24.461	20.612	(132.826)	(111.695)
Koleta Ambiental S.A.	-	-	78	-	(672)	(545)
Revita Engenharia S.A.	-	-	-	10	-	-
GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.	-	-	-	4.453	(18.308)	(26.707)
Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	-	14	-	-	76	250
	<u>28</u>	<u>73</u>	<u>24.952</u>	<u>25.075</u>	<u>(151.730)</u>	<u>(138.697)</u>
Reembolsos administrativos e outros:						
Solví Participações S.A.	-	-	-	-	(4.617)	(4.257)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.617)</u>	<u>(4.257)</u>
Circulante	28	73	24.952	25.075		
Total	<u>28</u>	<u>73</u>	<u>24.952</u>	<u>25.075</u>	<u>(156.347)</u>	<u>(142.954)</u>

As contas a pagar para a Essencis Soluções Ambientais S.A. (controlada direta da Solví Participações S.A.) referem-se aos serviços operacionais referentes à disposição dos resíduos coletados pela Companhia no aterro de Caieiras, pertencente à parte relacionada.

As contas a pagar para a Gestão e Logística Ambiental S.A. – GLA referem-se aos serviços operacionais de transportes de resíduos às devidas áreas de destinação.

As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional das entidades, cujos preços e condições comerciais são estabelecidos entre as partes.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

De acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2019, os acionistas aprovam a capitalização total da Reserva Legal da Companhia, no montante de R\$ 2.358, divididos em 2.358 ações ordinárias com valor nominal de R\$1 (um real) cada uma, resultando no aumento do Capital Social Integralizado, sem aumento do Capital Subscrito, passando o Capital Social Integralizado da Loga de R\$31.899, para o montante atual de R\$34.257.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Reserva de lucros**(i) Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, efetuada “*ad referendum*” da Assembleia Geral. Em 2019, a Companhia destinou à título de dividendos o montante de R\$15.185 (R\$59.443 em 2018), conforme quadro abaixo:

	2019	2018
Lucro do exercício	54.228	47.152
Ajuste de períodos anteriores	641	-
Lucro do exercício ajustado	54.869	47.152
Reserva legal - 5%	2.743	2.358
Base para distribuição mínima	52.126	44.794
% dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos mínimos propostos	13.031	11.199
Dividendos adicionais propostos	-	48.244
Dividendos adicionais propostos - 2018	2.154	-
Total	15.185	59.443

26 Receitas

	2019	2018
Clientes públicos	599.143	558.433
Clientes privados	153	291
Total receita de serviço (a)	599.296	558.724
Receita de construção	276	597
Realização do ativo financeiro	(6.395)	(5.134)
Total receita bruta	593.177	554.187
<i>Deduções sobre as vendas</i>		
ISS	(29.963)	(27.935)
PIS	(9.892)	(9.158)
COFINS	(45.562)	(42.180)
ICMS	(3)	(2)
Total de deduções sobre serviços prestados	(85.420)	(79.275)
Receita operacional líquida	507.757	474.912

(a) As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente de uma obrigação de desempenho, conforme descrito na nota explicativa nº 6.c:

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Coleta, destinação e tratamento de resíduos – 100%;

Em 2018, houve a realização do ativo financeiro reconhecido em relação aos investimentos realizados em infraestrutura definida no contrato de concessão, quando de sua conclusão. Essa realização ocorreu mediante à compensação de valores recebidos mensalmente na composição da tarifa de prestação de serviço.

27 Custos dos serviços prestados

	2019	2018
Salários e encargos	(142.856)	(129.819)
Mão de obra	(64)	(47)
Aluguel	(7.073)	(6.077)
Depreciações e amortizações	(16.561)	(13.358)
Materiais aplicados nos serviços	(46.170)	(40.240)
Serviços de terceiros (a)	(171.541)	(157.805)
Provisão de outorga de ônus de concessão	(30.063)	(27.818)
Outros custos de produção	(17.393)	(16.697)
Custos de bens reversíveis	(276)	(597)
Créditos fiscais (b)	34.734	20.890
	<u>(397.263)</u>	<u>(371.568)</u>

- (a) As principais naturezas em serviços de terceiros é referente a manutenção de veículos, transportes de resíduos, destinação de aterro e serviços de incineração.
- (b) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais são de PIS e COFINS.

28 Despesas comerciais

	2019	2018
Patrocínio, brindes e doações	(18)	(100)
Propaganda e publicidade	(2.723)	(2.466)
Outros	(95)	(247)
	<u>(2.836)</u>	<u>(2.813)</u>

29 Despesas e administrativas

	2019	2018
Remuneração direta mão de obra	(6.255)	(7.474)
INSS	(1.158)	(1.152)
FGTS	(286)	(289)
Benefícios	(1.229)	(1.009)
Depreciação e amortização	(488)	(584)
Serviços de terceiros (a)	(10.096)	(8.910)
Viagens e estadias	(115)	(25)
Tributos, seguros e contribuições	(1.017)	(651)
Outros	(742)	(556)
	<u>(21.386)</u>	<u>(20.650)</u>

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Refere-se principalmente a despesas compartilhadas no valor de R\$4.617, consultoria administrativa-financeira no valor de R\$1.021, honorários advocatícios R\$2.354.

30 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2019	2018
Receitas eventuais	973	68
Despesas e provisões contingenciais	(2.177)	(1.976)
Resultado vendas de imobilizado	228	18
Patrocínio	(576)	(694)
Multa contratual	-	(122)
Outras	(353)	318
Total	(1.905)	(2.388)

31 Receitas e despesas financeiras

	2019	2018
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.073	1.183
Juros recebidos e descontos obtidos	2.942	408
Correção dos depósitos judiciais	791	1.093
Total receitas financeiras	4.806	2.684
Variação monetária	(23)	(104)
Despesas bancárias	(575)	(690)
Despesas com juros e descontos concedidos	(33)	(41)
Despesas com juros sobre arrendamento mercantil	(1.037)	-
Despesas com multas e moras financeiras	(27)	(2)
Tributos sobre movimentações financeiras	(205)	(2)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.735)	(8.465)
Total despesas financeiras	(7.635)	(9.304)
Total	(2.829)	(6.620)

32 Cobertura de seguros

Durante o período de concessão, compete à Concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

Em 31 de dezembro de 2019, as apólices contratadas pela Companhia oferecem as seguintes coberturas:

Lucros cessantes: R\$ 2.343;

Seguro patrimonial: R\$ 82.937 e

Responsabilidade civil: R\$ 10.000.

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33

Contrato de concessão

Através do Contrato de Concessão a Companhia presta serviços divisíveis de limpeza urbana na região noroeste da cidade de São Paulo/SP, sendo o período de concessão de 20 anos a partir de outubro de 2004, renovável por mais de 20 anos e tem reajuste anual da tarifa com base em fórmula paramétrica estipulada em contrato e composta de diversos índices do setor. A cada 5 anos o contrato prevê a realização de revisão ordinária das tarifas praticadas de modo a manter sua fidelização à equação econômico-financeira inicial do Contrato.

Terrenos, estruturas e construções bem como todos os contêineres utilizados para a execução do objeto da concessão são bens reversíveis e os demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual. As principais obrigações contratuais são modernização do transbordo Ponte Pequena; construção de novo transbordo; implantação de aterro sanitário e estação de tratamento de efluentes; construção de usina de compostagem; construção de centrais de triagem; construção de central de tratamento de resíduos de serviços de saúde; implantação de coleta mecanizada; encerramento do aterro sanitário Bandeirantes; revegetação do aterro sanitário Vila Albertina e renovação de frota de veículos a cada 5 anos.

a. Ativo financeiro

A Companhia reconhece um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção. O concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A receita reconhecida com relação à construção em 2019 representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços. A receita, custo e lucro bruto no contrato de concessão em 2019 são como seguem:

Receita de Construção	Custo de Construção	Lucro Bruto	Margem de Lucro
276	(276)	-	0%

A Companhia registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

	2019	2018
Transbordo	11.266	13.683
Edificações	324	324
Benfeitorias	1.520	1.520
Contêineres	6.206	6.905
Centros de triagem	5.607	6.777
RSSS Unid. Treinamento	9.837	11.947
Tr. Anhanguera	3.662	3.475
Col. Mecanizada	71	71
	38.493	44.702
Circulante	5.824	5.824
Não circulante	32.669	38.878

Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo financeiro no montante de R\$38.493 em 2019 (R\$44.702 em 2018) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será reversível ao Poder Concedente, ao término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos.

34

Efeitos do COVID-19

Na data de emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

* * *